



RELATO DE EXPERIÊNCIA: INTERVENÇÕES EM ESTÁGIO NA COORDENADORIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES NO MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO

Experience report: Internship intervention in the coordinating body of public policies for women in the city of Santo Ângelo

Lara Renata Pereira Lopes¹

Laura Martinello de Oliveira²

Lizete Dieguez Piber³

INTRODUÇÃO

O estágio da ênfase AI é a introdução das Práticas Institucionais e Sociais do estudante dentro do curso de Psicologia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI – Campus Santo Ângelo. Os alunos são instigados a escolher um Projeto de uma área de atuação para efetivar a sua prática do estágio – cada área tem suas demandas e peculiaridades, fazendo do processo de estágio algo dinâmico e único.

Considerando esses aspectos, torna-se relevante expor a respeito da instituição oportunizada para a realização do estágio. A Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres de Santo Ângelo, está vinculada ao Gabinete do Prefeito, porém, é subsidiada pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), tanto para a estruturação física, quadro de pessoal e equipamentos.

¹ Acadêmica do Curso de Psicologia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI – Câmpus de Santo Ângelo. E-mail: lararplopes@aluno.santoangelo.uri

² Acadêmica do Curso de Psicologia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI – Câmpus de Santo Ângelo. E-mail: lauraoliveira@aluno.santoangelo.uri

³ Psicóloga. Mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professora do Curso de Psicologia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões URI – Câmpus de Santo Ângelo. E-mail: lizeted@san.uri.br

VIII CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE GÊNERO E RELIGIÃO

LIBERDADE - IDENTIDADE - CRITICIDADE



De acordo com o Plano Municipal de Políticas Públicas para Mulheres⁴, o objetivo da Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres, visa promover a cidadania feminina, oferecendo assistência e garantia de direitos às mulheres. Portanto, a instituição tem por finalidade apoiar, assessorar, articular e acompanhar programas e projetos que viabilizem ações para a prevenção de mulheres em situação de vulnerabilidade e violência, buscando sustentar os eixos estratégicos de fortalecimento à mulher.

A população que chega até a Coordenadoria de Políticas Públicas para Mulheres, é encaminhada por meio de um procedimento, onde a vítima realiza o registro do Boletim de Ocorrência na delegacia de polícia, sendo encaminhada pelas delegações ou promotoria. Além disso, a mulher em situação de vulnerabilidade e violência, pode realizar demanda espontânea até a instituição ou outras instituições da rede referenciadas, na qual receberá o acolhimento e assessoramento necessário.

Diante exposto, o documento que norteia as práticas profissionais, elaborado pelo CFP⁵, ressalta que o trabalho do Psicólogo inserido nesse contexto, é de amparar e estimular o protagonismo da mulher, mas também tecer críticas em relação as redes de atendimentos propostas pela legislação, considerando os aspectos institucionais, sociais e culturais que atravessam as delimitações de atuação.

Desse modo, será apresentada as intervenções realizadas, uma vez que o trabalho buscou a criação de um grupo com mulheres dentro da instituição. Porém, devido a presença de questões políticas e institucionais que envolveram a desestabilização do quadro de funcionários, o trabalho voltou-se a práticas dentro das escolas, com alunos do Ensino Fundamental, visando a prevenção contra a violência de mulheres. Buscou-se também analisar a dinâmica do contexto da instituição, seu

⁴ SANTO ÂNGELO. **Lei n° 4.257, de 25 de junho de 2020.** Institui o Plano Municipal de Políticas Públicas para as mulheres, no âmbito do município de Santo Ângelo/RS e dá outras providências. Santo Ângelo, 2020.

⁵ CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA – CFP. **Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência.** Brasília: CFP, 2012.



funcionamento, necessidades e questões conflitivas. Desse modo, foi possível elaborar possíveis intervenções/dinâmicas grupais em conjunto com a equipe.

Nesse sentido, podemos analisar que o trabalho do profissional de psicologia é viabilizar ações, projetos para a prevenção e enfrentamento de violência. A vítima precisa de um espaço que lhe possibilite reconhecer suas experiências, a fim de ressignificar vivências e encontrar novas perspectivas de vida. Dessa forma, o trabalho apresentará os contextos em que as atividades foram realizadas, juntamente com seus objetivos, metodologia e embasamento teórico para fortalecer a prática.

DESENVOLVIMENTO

O trabalho realizado nas Práticas Sociais e Institucionais, no que concerne ao Projeto Violência e Vulnerabilidade, buscou entendimento a respeito da instituição, a qual se fez disponível para a realização do trabalho proposto. Desse modo, partiu-se da perspectiva de uma análise institucional do Barendt⁶, a fim de orientar as atividades realizadas, buscando maior compreensão sobre a temática de violência, assim como da instituição e das relações de poder exercidas nos órgãos públicos que interferem nas execuções laborais. Desse modo, o campo de análise é a Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres, que é regida pelo Órgão do Poder Executivo Municipal.

A metodologia utilizada consistia no método de intervenção grupal, nas Escolas Públicas do Ensino Fundamental do município de Santo Ângelo. A população abrangia alunos e professores das escolas. A turma compreendia alunos das turmas de Ensino Fundamental que disponham de interesse para a participação nas práticas do estágio. Desse modo, foi realizado discussões lúdicas, desenhos, pinturas e análise de filmes.

⁶ BAREMBLITT, Gregorio F. **Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: Teoria e prática**. 5. ed. Belo Horizonte: Instituto Félix Guattari, 2002.



Também, utilizou-se o método de intervenção grupal com as servidoras da Coordenadoria de Políticas Públicas para mulheres no município de Santo Ângelo. A população abrangida compreendia o quadro de funcionários da instituição no espaço para a realização de estágio. A intervenção foi feita com os servidores presentes no dia das práticas de intervenção. Além disso, os servidores precisavam dispor interesse para tais atividades. Portanto, foi realizado momentos de escuta e acolhimento de suas dificuldades nas práticas de trabalho, assim como escritas e dinâmicas sobre violência doméstica, além de discussões sobre machismo e patriarcado.

O campo de intervenção demandado pela instituição, visava palestras e rodas de conversa nas escolas de Ensino Fundamental do município de Santo Ângelo, devido a importância de promoção e conscientização sobre os tipos de violência. As turmas compreendiam alunos entre as idades 6 e 10 anos. Proporcionamos momentos lúdicos, desenhos, imagens impressas coloridas que suscitavam percepções sobre a violência doméstica, bem como as diversas formas de família.

Assim, através das observações e ideias das crianças sobre as imagens, oportunizou-se momentos de discussão e troca de experiências compatíveis com as faixas etárias. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – lei nº 9.394/1996⁷) determina que as instituições de ensino deverão promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência.

Dito isso, pelas imagens propiciadas aos alunos, eles trouxeram suas percepções: Que as crianças choravam quando os pais brigavam; Crianças não queriam escutar e ver brigas dos pais; O homem estava xingando ou querendo bater na mulher; Que viam uma família feliz; Que viam família triste. Suas falas, expressavam seus aprendizados dentro da realidade social e como se sentiam diante esses contextos.

⁷ BRASIL. LDB – Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 20 dez. 1996.



Mas algo surge durante o debate. Para os alunos era errado praticar violências contra as mulheres, mas os pais poderiam bater nos filhos para educar. Além disso, as crianças trouxeram enredos de família, como casos de violência doméstica. Uma aluna expôs que seu pai batia na sua mãe, outra refere-se a sua prima, a qual possuía um namorado que a agredia. Então, buscou-se pensar juntos com os alunos estratégias para enfrentar as situações de violência.

Os alunos expuseram que sentiam raiva, tristeza e medo quando eram violentados por algum familiar. Além disso, revelaram que iam para o quarto chorar ou pensavam em fugir de casa. Diante do exposto, surgiu comentários sobre os ciclos de violências vivenciados, visto que, os alunos relatavam como seus pais lhes batiam, quais utensílios usavam, enfatizando histórias de agressões que seus pais sofreram dos avós e responsáveis.

Um aluno refere-se que a mãe apanhava de mangueira e vara com espinhos quando era criança. Enquanto isso, eles só apanhavam quando faltavam com respeito. Os alunos tentavam encontrar algum motivo para explicar os atos violentos.

Ciclos existem porque é doloroso acabar com eles. Interromper um padrão familiar é algo que requer uma quantidade astronômica de sofrimento e de coragem. Às vezes, parece mais fácil simplesmente continuar nos mesmos círculos familiares em vez de enfrentar o medo de saltar e talvez não fazer uma boa aterrissagem.⁸

De alguma maneira, eles pensaram sobre os tipos de violência, mas trouxeram que eles mesmos sofrem violências e que os pais reforçam que é para educá-los. Portanto, aparece essa discussão, que para violentar precisa de um motivo. À vista disso, oportunizamos debates sobre a temática, para não normalizar tais atos e romper com os ciclos de violência.

Enquanto as atividades realizadas ao decorrer do estágio, houve uma situação complicada, que, em retrospecto, poderia ter sido resolvida de uma maneira

⁸ HOOVER, Colleen. **É assim que acaba**. Trad. Priscila Catão. Rio de Janeiro: Galera Record, 2018. p. 352.



melhor. Em um dos momentos em que foi feita uma fala sobre violência doméstica numa Escola Estadual, um dos alunos demonstrou um comportamento intolerável e violento, consistente com o machismo que permeia as relações sociais

Durante uma das intervenções nas escolas, os alunos reuniram-se para abraçar e demonstrar seu afeto para uma das estagiárias. Nesse momento, alguém apertou as nádegas dela. A estagiária ficou sem reação na hora do ato.

Falar sobre violência doméstica, também é falar sobre consentimento. Os princípios de autonomia e consentimento, que foram brevemente repassados nessa fala com os alunos, foram ignorados por tal aluno. “Autonomia, sujeito, vulnerabilidade e violência são noções que definem o dispositivo do consentimento”⁹. Comportamentos como esse não são inatos, eles são aprendidos e reproduzidos. Como a criança que realizou tal ato tem, no máximo, 7 anos de idade, conclui-se que desde cedo ele foi exposto a situações em que atitudes como essa são normais, ou no mínimo, aceitas. O consentimento depende das relações. Segundo Butler, a norma “opera no âmbito de práticas sociais sob o padrão comum implícito da normalização”¹⁰.

Normas são reproduzidas – a violência, os papéis de gênero e o preconceito são reproduzidos. Falar sobre violência também é falar sobre os processos pelo qual ela é velada e subestimada. O fato de que muitas pessoas não têm um conhecimento concreto sobre o que é consentimento demonstra que falas sobre violência e autonomia são significativas e necessárias.

Além do trabalho nas escolas, foi oferecida uma proposta de intervenção com grupos de capacitação dentro da Coordenadoria de Políticas Públicas para Mulheres. Porém, devido a presença de questões políticas e institucionais que envolveram a desestabilização e substituição do quadro de funcionários, o trabalho voltou-se a

⁹ FERNANDES, Camila *et al.* As porosidades do *consentimento*. Pensando afetos e relações de intimidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 35, p. 165-193, ago. 2020. p. 165. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2020.35.09.a>.

¹⁰ BUTLER, Judith [2014]. Regulações de Gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 42, p. 249-274, jan./jun. 2016. p. 252. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400420249>.



estabilização da equipe com espaços de escuta e reflexões frente aos impasses do trabalho no Órgão Público.

O autor Foucault define que “onde há poder ele se exerce [...] não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui”¹¹. Dito isso, observa-se que o poder exercido no local de estágio, através das relações, adentra hierarquias, ordens, pedidos e demandas a serem realizadas, como ofícios, reuniões, metas e intersectorialidade entre as redes, seguindo os padrões governamentais. Desse modo, também afeta as políticas públicas, principalmente quando o assunto é viabilizar os direitos das mulheres.

As políticas públicas de atendimento e proteção da mulher fazem parte de uma rede social que tem como objetivo único fornecer apoio e acolhimento às mulheres em situação de vulnerabilidade. Muitas vezes, essas mulheres possuem redes sociais fragilizadas – são afastadas da família e amigos, sentem que não tem com quem contar.

Sem qualquer sensação de pertencimento ao contexto social em que vivem, elas se viram aos serviços de auxílio, como a Coordenadoria da Municipal da Mulher. Ela tem o papel de discutir as questões de gênero e violência, propondo ações fundadas nessa discussão. Essa responsabilidade se mostra especialmente complicada quando os órgãos políticos que deveriam fornecer suporte, não se mostram muito interessados em resolver o problema de desmonte de equipe rapidamente. Para Godinho:

A capacidade de ação de uma estrutura cuja natureza é primordialmente de articulação de propostas e de elaboração e sugestão de diretrizes nas diversas áreas, e de implementação conjunta de projetos e programas, sem dúvida depende da existência de uma vontade política do governo.¹²

¹¹ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 75.

¹² GODINHO, Tatau. Construir a igualdade combatendo a discriminação. *In*: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria L. (org.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. 8 v. p. 55-64. p. 57.

VIII CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE GÊNERO E RELIGIÃO

LIBERDADE - IDENTIDADE - CRITICIDADE



O sucesso das ações voltadas para a proteção da mulher como cidadã envolta de direitos, depende da articulação política¹³. Sem ela, o trabalho se torna mais complicado e demorado.

As atividades realizadas foram eficientes e válidas, estando dentro do que se é esperado em um estágio de Práticas Sociais e Institucionais em Psicologia. Porém, outras propostas poderiam ter sido executadas caso o funcionamento da Coordenadoria Municipal da Mulher estivesse com seu funcionamento adequado, e caso mais atenção social e política fosse dada às questões que envolvem gênero, vulnerabilidade e violência.

Portanto, procurou-se intervir com a equipe para reorganizar o processo de trabalho, utilizando de escritas e dinâmicas sobre violência doméstica, além de discussões sobre machismo e patriarcado. Uma das atividades realizadas, foi a dinâmica. Os indivíduos deveriam escolher um objeto que estaria disponibilizado numa mesa, justificando o porquê da escolha. Essa dinâmica tem por objetivo, suscitar questões de gênero, sexualidade, etc.

A dinâmica proporcionou debates sobre o que é ser mulher dentro de uma sociedade machista. Segue algumas frases referidas pelos servidores da instituição: *“Falam sobre as mulheres serem livres, mas isso não é realidade, uma que as mulheres não podem andar em local algum sem ter medo de ser assediada”*. *“A autoestima é banalizada. Só é possível a mulher ter autoestima quando é garantido sua dignidade, saúde, sobrevivência e higiene”*. *“O machismo é presente dentro das Políticas Públicas, e dificulta o nosso trabalho”*. *“Estamos em processo de desconstrução do que foi nos ensinado culturalmente”*.

Considera-se que o trabalho da equipe é de amparar e estimular o protagonismo da mulher, mas também tecer críticas em relação a rede de atendimentos propostas pela legislação, considerando os aspectos institucionais, sociais e culturais que atravessam as delimitações de atuação.

¹³ GODINHO, 2004.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na realização do Estágio de Ênfase AI, compreende-se a importância do trabalho realizado frente ao fenômeno de violência contra a mulher, presente em nossa sociedade devido as concepções de patriarcado e machismo estrutural. Desse modo, o trabalho com mulheres em situação de vulnerabilidade e violência causa insatisfações, medos, inseguranças. A temática ainda é banalizada e naturalizada, e essa realidade não obstante do sistema político, interfere na qualificação do exercício das profissões.

Primeiramente, para pensarmos em possibilidades de mudanças de estigmas, práticas de silenciamento e culpabilização da mulher, é necessário criar meios para que exista a promoção de conscientização, reflexão e debate. O trabalho realizado nas escolas, é extremamente válido e pertinente, considerando que o sujeito está no processo de socialização, aprendendo sobre o mundo. Assim, proporciona novas formas de pensar, comportar e quebrar ciclos de violência.

Nesse sentido, a prática de estágio foi recompensadora, mas também frustrante. No sentido de que, não existe uma valorização do sistema público no trabalho que é realizado, que por vezes é boicotado. Precisa-se de profissionais qualificados, que se apropriem da temática, que façam o melhor possível, engajando-se em ações e projetos que visem garantir cada vez mais os direitos das mulheres. Contudo, na realização do estágio, ocorreu um período de saída de funcionários devido tempo de contrato, partido político, etc. Além disso, a instituição ficou sem coordenação por algumas semanas. Essas dificuldades, influenciam na segurança da equipe, e também das mulheres usuárias do local.

A mulher em situação de vulnerabilidade e violência, necessita das políticas públicas para conseguir ressignificar maneiras e modos de viver, fora do contexto violento. Essa mulher precisa reconhecer os impactos que as vivências ocasionaram na forma dela existir, e por vezes não possuem família para dar o apoio necessário, dependendo exclusivamente de locais de referência. O manejo que a rede faz é de



extrema importância. Desse modo, a instituição e equipe precisam estar estabilizadas para promover segurança, acolhimento e escuta.

REFERÊNCIAS

BAREMBLITT, Gregorio F. **Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: Teoria e prática**. 5. ed. Belo Horizonte: Instituto Félix Guattari, 2002.

BRASIL. **LDB – Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 20 dez. 1996.

BUTLER, Judith [2014]. Regulações de Gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 42, p. 249-274, jan./jun. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400420249>.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA – CFP. **Referências técnicas para atuação de psicólogos (os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência**. Brasília: CFP, 2012.

FERNANDES, Camila *et al.* As porosidades do *consentimento*. Pensando afetos e relações de intimidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 35, p. 165-193, ago. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2020.35.09.a>.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GODINHO, Tatau. Construir a igualdade combatendo a discriminação. *In*: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria L. (org.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. 8 v. p. 55-64.

HOOVER, Colleen. **É assim que acaba**. Trad. Priscila Catão. Rio de Janeiro: Galera Record, 2018.

SANTO ÂNGELO. **Lei nº 4.257, de 25 de junho de 2020**. Institui o Plano Municipal de Políticas Públicas para as mulheres, no âmbito do município de Santo Ângelo/RS e dá outras providências. Santo Ângelo, 2020.